

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**A relação custo-benefício da participação brasileira em Missões de Paz das Nações
Unidas: um estudo de caso da MINUSTAH**

Juliana Soares Araujo Bezerra

Brasília

2019

Juliana Soares Araujo Bezerra

**A relação custo-benefício da participação brasileira em Missões de Paz das Nações
Unidas:
estudo de caso da MINUSTAH**

Trabalho apresentado como
requisito para obtenção do título de
bacharel em Relações Internacionais
pela Universidade de Brasília, sob
orientação do professor Antônio
Jorge Ramalho.

Brasília

2019

Juliana Soares Araujo Bezerra

**A relação custo-benefício da participação brasileira em Missões de Paz das Nações Unidas:
estudo de caso da MINUSTAH**

Trabalho apresentado como requisito para obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília, sob orientação do professor Antônio Jorge Ramalho.

Brasília, 06 de dezembro de 2019

BANCA EXAMINADORA

Prof. Antônio Jorge Ramalho.

Universidade de Brasília – UnB

General Fernando Rodrigues Goulart.

Universidade de Brasília – UnB

Prof. Juliano da Silva Cortinhas.

Universidade de Brasília – UnB

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer imensamente à minha família, especialmente aos meus pais, minha irmã e minha madrinha, que me deram todo o suporte e incentivo durante a minha graduação. Sou muito grata à Universidade de Brasília por ter me proporcionado uma experiência incrível durante os quatro anos e meio em que estive nela, por seu ambiente diverso, inclusivo e que contribuiu para a construção da pessoa que me tornei. Agradeço também pela a experiência fora da sala de aula: Domani, empresa júnior de relações internacionais, a monitoria de Introdução à Economia e estágios realizados.

Agradeço também aos professores que me ajudaram e encontrar o que gosto de estudar no curso e que me incentivaram a realizar esta pesquisa, em especial o meu orientador Antônio Jorge Ramalho, que me auxiliou com seu vasto conhecimento, indicações de leitura, correções e apoio nas horas mais complicadas. Sou também agradecida aos profissionais que aceitaram participar da banca e contribuir ainda mais com esta pesquisa, professor Juliano Cortinhas e General Goulart.

Obrigada aos meus amigos por estarem sempre ao meu lado e por proporcionarem momentos inesquecíveis, dentro e fora do ambiente acadêmico, durante todo o período da minha graduação. Por todas as ansiedades, felicidades, estudos e momentos de descontração compartilhados.

Por fim, porém não menos importante, agradeço ao pessoal do Ministério da Defesa, em especial ao Coronel Átila Gonçalves Torres Junior, ao Capitão de Fragata Ricardo Barrillo Cruz e ao Capitão de Mar-e-Guerra José Afonso Ferreira por toda a informação fornecida e a boa vontade durante a realização deste trabalho. Sem seu apoio, a produção deste texto teria sido muito mais complexa.

RESUMO

A presente pesquisa analisa a relação custo-benefício da participação brasileira na Missão de Paz das Nações Unidas para Estabilização no Haiti, de maneira a prover o Estado e a sociedade brasileira de informações que lhe favoreçam decidir sobre a possível expansão desse processo para futuras atuações brasileiras junto ao Conselho de Segurança. Este estudo demonstra, portanto, custos – humanos, financeiros e políticos – e benefícios – políticos, relativos à base industrial de defesa, aumento da renda dos militares e capacitação das Forças Armadas. Assim, para que o benefício supere o custo da atuação brasileira no exterior, há a necessidade de que os objetivos da PEB se relacionem com sua efetivação por meio da presença de tropas militares em outro país.

PALAVRAS-CHAVE: Brasil. Minustah. Custo. Benefício.

ABSTRACT

This research analyzes the cost-benefit relation of Brazilian participation in the United Nations Stabilization Mission in Haiti (Minustah), in order to provide the Brazilian State and society with information to help them decide on the possible expansion of this process for future Brazilian actions with the Security Council. This study, therefore, demonstrates human, financial and political costs and benefits related to the political aspect, to the defense industrial base, and to the increased military training and salary. Thus, in order for the benefit to outweigh the cost of Brazilian operations abroad, there is the need for Brazil's Foreign Policy objectives to be related to its realization through the presence of military troops in another country.

KEY WORDS: Brazil. Minustah. Cost. Benefit.

SUMÁRIO

1. Introdução	7
2. Análise histórica da PEB e do Contexto Internacional	9
3. Análise dos custos da participação brasileira na Minustah	16
3.1. Pessoal Civil e Militar	16
3.2 Investimento brasileiro	20
3.3. Custos Políticos Internos	26
3.4 Balanço de custos	29
4. Análise dos benefícios da participação brasileira na Minustah	30
4.1. Inserção internacional	30
4.2. Desenvolvimento da Base Industrial de Defesa (BID)	34
4.3. Capacitação das Forças Armadas	38
4.4. Aumento da renda dos militares deslocados	41
4.5. Balanço de benefícios	45
5. Conclusão	47
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	49

1. Introdução

A Constituição Federal brasileira rege os princípios de nossas relações internacionais através de seu artigo 4º. Entre eles, encontram-se aqueles da independência nacional, da autodeterminação dos povos, da não-intervenção, da igualdade entre os Estados, da defesa da Paz e solução pacífica de conflitos e da cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

Uma forma de exercer esses princípios é por meio da participação em Missões de Paz. Essas operações surgiram em 1956, após a Segunda Guerra Mundial, já com participação brasileira. Posteriormente a esse primeiro momento, o Brasil participou de mais de 50 operações de paz e missões similares, havendo contribuído com mais de 50 mil militares, civis e policiais.

A participação brasileira com envio de tropas, além de uma representação dos princípios constitucionais, coloca em prática a política externa brasileira determinada pelo poder Executivo. Nesse contexto, o envolvimento em Operações de Paz deve ser resultado de objetivos bem estabelecidos pelo governo, visando aumentar e melhorar nossa projeção internacional e atuação no ambiente externo. Esse foi o caso do desdobramento de nossas tropas para participação na MINUSTAH, de 2004 a 2017.

De acordo com Eduardo Uziel (2015), existem alguns critérios informais para a participação brasileira, sendo eles a identificação de ganhos com o envio da tropa – experiência militar, apoio político internacional, melhoria das relações bilaterais, etc. -, preferência pelo envio de observadores, devido a dispêndio de menores esforços políticos e logísticos, e a priorização de operações de paz de uso circunscrito da força.

Além desses critérios, as motivações e benefícios para atuação do contingente brasileiro no exterior seriam uma inserção plena do país no mecanismo de segurança coletiva das Nações Unidas, o aumento da influência brasileira nos órgãos de tomada de decisão das Nações Unidas, o cumprimento de princípios que regem as relações internacionais do Brasil constantes no art. 4º de nossa Constituição Federal, o reforço da ideia de multilateralismo, a inserção dos interesses brasileiros entre aqueles que orientam

as decisões, o aproveitamento de oportunidades de cooperação identificadas no curso da implementação dos processos de paz, e por fim, a experiência internacional para as FFAA. Estas motivações, alinhadas às diretrizes de política externa do governo do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, culminaram em nossa atuação no país caribenho.

Dentro deste cenário, é necessário compreender a relação custo-benefício da participação brasileira em missões de paz das Nações Unidas. Para isso, esta pesquisa faz uma análise de um caso específico e que é considerado uma das participações brasileiras mais bem-sucedidas: a Missão das Nações Unidas para Estabilização no Haiti. Ao decorrer deste texto, serão analisados custos e benefícios da atuação brasileira no país caribenho para obter um balanço geral e entender se esta relação é positiva ou não.

Buscou-se testar a hipótese de que a participação brasileira em Missões de Paz com o envio de tropas possui uma relação de custo-benefício positiva desde que vise alcançar objetivos de Política Externa bem estabelecidos pelo governo. Assim, foi realizada uma análise histórica de nossa política externa anterior, simultânea e posterior à Minustah a fim de compreender as motivações que levaram ao envio de tropas e à participação no comando militar da missão. Além disso, foi feito um estudo a partir de fontes primárias, como a legislação brasileira, para entendimento dos aspectos legais, e dados disponibilizados pelas Nações Unidas e pelo Ministério da Defesa, a fim de compreender as informações relativas ao financiamento da operação. Por fim, foram feitas pesquisas em textos acadêmicos relacionados ao tema.

Ao concluir a pesquisa, verificou-se que esta hipótese é verdadeira e que, no caso da Minustah, os esforços realizados foram compensados. Dessa forma, os benefícios relacionados a nossa inserção internacional, ao desenvolvimento de nossa Base Industrial de Defesa, de Capacitação das Forças Armadas e de melhoria da renda dos militares deslocados superaram os custos financeiros, políticos e humanos da participação e liderança brasileira na Minustah.

2. Análise histórica da PEB e do Contexto Internacional

Para melhor entender o contexto no qual se insere a liderança brasileira na Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti, é essencial compreender a conjuntura da nossa Política Externa (PEB) na época em que ela ocorreu. Além disso, é essencial para compreender, também, a relação custo-benefício da nossa participação em Missões de Paz das Nações Unidas, uma vez que ela materializa a efetivação de princípios de nossa política externa, sejam eles de governos específicos, transitórios, ou aqueles princípios constitucionais, constantes. A fim de haver uma relação benéfica de custo e benefício, é necessário que a contribuição brasileira em operações de paz seja utilizada como instrumento da PEB. O mero envio de tropas sem prévio planejamento governamental pode acarretar um ônus muito superior ao bônus que pode ser adquirido.

Portanto, serão explanadas as PEBs dos governos Fernando Henrique Cardoso (FHC), Luís Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff, Michel Temer e Bolsonaro. Ao analisar as linhas gerais da política externa desse período (2000-2019), as continuidades e rupturas introduzidas pelos ideais dos chefes de Estado estarão mais claras e será possível compreender porque a decisão se comprometer com a Minustah foi tomada em 2004, o porquê da continuidade do compromisso até 2017 e o nosso baixo envolvimento com a agenda do Conselho de Segurança das Nações Unidas atualmente.

Amado Cervo (2011, p.525) argumenta que “ao ensaiar em seu segundo mandato o paradigma logístico de política exterior, Cardoso, o neoliberal que se tornou cético ao elaborar o conceito de globalização assimétrica, abriu a porta para seu sucessor, que adotou o novo padrão com o fim de promover a inserção interdependente do país”. Assim, FHC escolheu Celso Lafer para ser seu ministro das relações exteriores após a eleição de 1998.

De acordo com Fernando de Mello Barreto (2012), as linhas gerais da política externa de então tinham como principais eixos o apoio à democracia na América do Sul e a melhoria da condição econômica do Brasil numa escala global. Para respaldar o primeiro, enfatizou-se a integração regional por meio do Mercosul, uma “aliança estratégica com a Argentina”, a continuidade da integração física e de infraestrutura na região e “os desafios

da integração hemisférica” (BARRETO 2012). Além disso, em seu discurso de posse, Lafer encorajou o desenvolvimento de uma PEB que associasse positivamente o “internacionalismo de vocação pacífica” e a democracia (BARRETO, 2012).

Em outro discurso, Lafer explicou as preocupações básicas de sua gestão: “preservar a agenda de desenvolvimento e as negociações econômico-comerciais para salvaguardar os interesses nacionais sem vê-los comprometidos pela nova agenda de segurança internacional” e “manter [...] a circunstância do nosso fazer diplomático”, ou seja, “evitar o risco de isolamento do Brasil levando em conta as tendências do sistema internacional”. (BARRETO, 2012 apud LAFER, 2002).

Já a forma pela qual se aborda a questão econômica é qualificada por Cervo como nociva aos interesses nacionais, ainda que tenha apresentado efeitos positivos. De acordo com o autor, a abertura da economia brasileira sem contrapartida do mercado de consumo nacional, o déficit do comércio exterior, a alienação de ativos de empresas brasileiras, o endividamento externo e a submissão a “consensos e conselhos do centro do capitalismo, a obediência às regras da governança global traçada pelos ricos, o sacrifício das relações com os países emergentes em favor do primeiro mundo” teriam acarretado uma perda de poder na esfera internacional (CERVO 2011). Por outro lado, a modernização das plantas industriais, o aumento da competitividade sistêmica global da economia brasileira; o liberalismo em diminuição do Estado, a melhoria da sociedade quanto à distribuição de poder e das responsabilidades para promover desenvolvimento econômico seriam os efeitos positivos da abertura econômica realizada por FHC (CERVO 2011).

O então ministro, ao passar o cargo para seu sucessor, reconheceu que o entorno regional estaria mais frágil do que anteriormente e que a agenda de segurança internacional em 2003 era mais tensa e complexa do que quando assumiu o posto e estava “permeada por leituras e avaliações” antagônicas à visão e tradição da diplomacia brasileira. É nesse contexto que Lula é eleito presidente.

O chefe de Estado que seria reeleito em 2006 buscou caminhos para tornar o Brasil mais independente no cenário internacional. Por meio de seu ministro de Estado, Celso Amorim, efetivou-se uma política externa de perspectiva humanista voltada para o

desenvolvimento e para a paz, que buscava reduzir as diferenças entre nações ricas e pobres, promover a igualdade entre os povos e a democratização efetiva do sistema internacional (BARRETO, 2012). Amorim defendeu a ideia da importância do Brasil no cenário internacional, apoiando-se na nossa força identitária, na relevância política e econômica e dimensão territorial do país, apesar de apresentar vulnerabilidades econômicas e sociais (BARRETO, 2012).

Dessa forma, a política externa do governo Lula difere da de FHC por “contrastes semânticos”. Por exemplo, a luta contra a desigualdade no comércio internacional, encaixa-se na nova divisão internacional do trabalho por reconhecer seu papel agroexportador, propõe a reestruturação administrativa de organismos internacionais financeiros. (REFERÊNCIA). O líder do Partido dos Trabalhadores intencionava aumentar as relações com outros grandes países em desenvolvimento - China, Índia e Rússia -, diminuir o grau de dependência financeira externa e reorganizar o mundo e o continente sul-americano a partir de suas propostas diplomáticas em busca de reduzir controvérsias e construir um mundo mais equilibrado. O desejo de promover a democratização dos organismos multilaterais utilizou-se da aproximação com países de importância regional que acarretaram a formação do BRICS (ALMEIDA, 2002).

Em sua gestão, o país avançou no sentido de tornar-se “país globalista” mediante o multilateralismo da reciprocidade e a internacionalização econômica. O primeiro conceito é elaborado a partir do comércio e da segurança, sendo seus pressupostos a existência de regras para compor o ordenamento internacional e a elaboração conjunta dessas regras. O segundo foi mais promovido a partir de 2005: os investimentos diretos brasileiros no exterior superaram os investimentos estrangeiros no Brasil e nosso país tornou-se o segundo investidor externo entre os países emergentes (CERVO, 2011). Assim, a atuação brasileira começou a se caracterizar por uma política de autonomia pela diversificação, o que contribui com a adesão do país as normas e regras internacionais ao mesmo tempo em que concede maior espaço para a cooperação Sul-Sul e com parceiros não tradicionais (SÁ, 2015).

Um fator que deve ser ressaltado, ainda que não seja resultado da PEB, é a efetivação da Política Nacional de Defesa e da Estratégia Nacional de Defesa em 2008. Na esteira da criação do Ministério da Defesa em 1999, e da reformulação da Política de Defesa Nacional de 2005, esses documentos determinam as diretrizes e objetivos de nossa política de defesa, baseados no Artigo 4º¹ nossa Constituição, e reafirmaram a definição do nosso entorno estratégico, realizada na PDN de 2005: área que engloba a América do Sul, a costa oeste da África, América Central e Caribe. (BRASIL, 2008)

A combinação da política externa de Lula, com a definição de objetivos internos na área de Defesa, a presença do Brasil no Conselho de Segurança no biênio 2004-2005 e os princípios que regem nossas relações internacionais, aliados ao agravamento da crise política no Haiti, com o exílio de seu presidente e a discordância entre as potências com relação a uma intervenção no país caribenho, foram os fatores que culminaram na liderança brasileira da missão e o envio de tropas para o Haiti.

O governo de sua sucessora, Dilma Rouseff, foi marcado por continuidades e diferenças entre a política externa dos governos FHC e Lula, especialmente quanto a escolhas estratégicas diferentes para obtenção de um objetivo semelhante: desenvolvimento econômico e manutenção da autonomia brasileira. Um dos temas defendidos na política

¹ Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- I - independência nacional;
- II.- prevalência dos direitos humanos;
- III - autodeterminação dos povos;
- IV - não-intervenção;
- V - igualdade entre os Estados;
- VI - defesa da paz;
- VII - solução pacífica dos conflitos;
- VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;
- IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; X - concessão de asilo político.

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

internacional pela ex-presidente é a questão de gênero, muito provavelmente por ter sido a primeira presidente mulher de nosso país. Além disso, também foi atribuída especial importância à agenda de segurança no Oriente Médio aliada à Responsabilidade ao Proteger, influenciada pela guerra na Síria (SANTOS, 2014). Os princípios básicos de nossa política externa, no entanto, foram mantidos pela presidente.

Após o impeachment da ex-presidente Dilma, assumiu seu vice, Michel Temer que nomeou José Serra como ministro das Relações Exteriores. Sua principal pauta era a “suposta desideologização da PEB e o redirecionamento do eixo Sul-Sul para o Norte-Sul”, na tentativa de retornar à tradição americanista de nossa política externa (NUNES, RODRIGUES, 2017). A integração regional, antes de extrema relevância para o governo, tornou-se secundária e foi substituída por reuniões bilaterais, por exemplo. O Brasil reduziu sua atuação nos fóruns multilaterais e sua diplomacia dedicou-se às negociações do acordo comercial entre Mercosul e União Europeia. Além disso, houve esforços recorrentes para isolar a Venezuela politicamente, como a suspensão do país caribenho no Mercosul. (NUNES, RODRIGUES, 2017)

O fator interno que pode ter influenciado a saída do Brasil da operação de paz foi nossa crise econômica. Com a Emenda Constitucional nº 95, em 2016 foi decretado o congelamento do teto dos gastos por 20 anos. Conseqüentemente, o orçamento de nossas instituições também sofre com a nova limitação. A partir de então, os ajustes financeiros que vinham ocorrendo desde os governos anteriores tornaram-se ainda mais constantes. Evidência disso foi nossa recusa a participar da Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para Estabilização da República Centro africana por questões financeiras.

Além dos fatores supracitados, a situação da violência no Haiti começou a apresentar resultados de melhoria. A pacificação de Cité Soleil já estava quase concluída, a polícia haitiana já parecia treinada para garantir a segurança do país, além disso, havia pressão para a desmilitarização da missão e para que o Haiti começasse a caminhar com as próprias pernas. Assim, a Minustah cedeu espaço para uma missão de caráter apenas humanitário, sem imposição da força por meio de tropas da ONU.

Já em 2019, após o fim da Minustah, o chanceler Ernesto Araújo decretou o rompimento com política externa brasileira dos governos anteriores e imprimiu novo direcionamento, focado no anti-globalismo, no que ele denomina como “uma nova independência” (ARAÚJO, 2018), e no nacionalismo, correlato ao slogan do atual governo:

“Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. Por isso, é necessário compreender o que se entende como globalismo. Em uma palestra ministrada pelo Assessor Especial para Assuntos Internacionais do Presidente da República, Felipe Martins (2019), o conceito é definido como um “método de exercício de poder”, ou seja: “tentativa de uma instrumentalização político-ideológica da globalização com a finalidade de promover uma transferência do eixo do poder decisório das nações para um corpo difuso de burocratas, cosmopolitas e apátridas que respondem não às comunidades nacionais de eleitores, mas a um restrito conjunto de agentes de influência com acesso privilegiado a esses burocratas o que, no limite, significa a substituição das democracias liberais e representativas por um regime tecnocrático e pouco transparente, no qual o poder decisório está concentrado nas mãos de alguns poucos privilegiados” (MARTINS, 2019).

Assim, em seu discurso de posse, Araújo (2019) refere-se ao multilateralismo do Sistema ONU como instrumento desse globalismo e comenta sobre a necessidade de reorientação das decisões brasileiras relativas a ele:

“No sistema multilateral político, especialmente na ONU, vamos reorientar a atuação do Brasil em favor daquilo que é importante para os brasileiros – não do que é importante para as ONGs. Defenderemos a soberania. Defenderemos a liberdade – a liberdade de expressão, a liberdade de crença, a liberdade na internet, a liberdade política. Defenderemos os direitos básicos da humanidade, o principal dos quais talvez seja, se me permitem usar o título de uma novela dos anos 60, o direito de nascer.”

Em outro discurso, o Ministro das Relações Exteriores alega que o globalismo é o que veio a ser “o amálgama da economia globalizada com o marxismo cultural infiltrado nas instituições”, e acrescenta que no Brasil, tornou-se “um amálgama do tradicional sistema corrupto de patrimonialismo dominado por uma esquerda gramsciana infiltrada nas instituições culturais” (ARAÚJO, 2019). Dessa forma, a PEB de Bolsonaro distancia-se do multilateralismo e volta a utilizar as relações bilaterais com potências ocidentais como

principal linha de ação. Ou seja, desprioriza as Nações Unidas como um todo, inclusive a participação em operações de paz.

Em suma, pode-se inferir que a participação brasileira na Missão das Nações Unidas para Estabilização no Haiti foi resultado de esforços internos e internacionais da política brasileira. Foi necessário que houvesse a intenção do governo de atuar através de instituições multilaterais, o aumento da relevância das relações com países em desenvolvimento, a intenção de se mostrar como líder regional e a concretização dos princípios de cooperação internacional para que se efetivasse a participação e liderança brasileira na Minustah. Quando nossas prioridades mudaram e a situação no país caribenho melhorou parcialmente, já não havia mais a compatibilidade de interesses entre as duas nações e as Nações Unidas e decretou-se o fim da operação de paz.

A política externa do Governo Bolsonaro deve continuar distante das Nações Unidas durante os próximos anos principalmente benefícios políticos, pois a agenda de paz da ONU destoa daquela das potências ocidentais, e, portanto, da nossa, em razão desse não tão novo alinhamento. Assim, a atuação brasileira tangente a agenda do Conselho de Segurança deve perder relevância, circunstância que impossibilitaria a obtenção dos benefícios narrados nesta pesquisa durante o capítulo 4 e um redirecionamento dos esforços para outros além dos descritos no capítulo 3.

Assim, como se pode perceber, a atuação em missões de paz da ONU é fruto da convergência de diversos fatores, principalmente, da vontade do governo eleito de contribuir com o sistema multilateral através da agenda do Conselho de Segurança. Além disso, a agenda do governo Lula esteve diretamente relacionada com a diminuição da fome e da pobreza e esta tendência foi crucial para que se aceitasse a participação e liderança na Minustah. Já quando a atuação da política externa brasileira muda para um alinhamento direto e focado no bilateralismo com as potências ocidentais, essa atuação deixa de ser interessante e, assim, retraímos em nosso compromisso com a agenda de segurança global baseada nos princípios da Carta da ONU. Dessa forma, nos próximos capítulos serão demonstrados os custos e os benefícios da atuação brasileira na Minustah a fim de incentivar decisões futuras relacionadas a contribuição para operações de paz.

3. Análise dos custos da participação brasileira na Minustah

O exame dos custos da participação brasileira na Minustah ocorrerá a partir da análise de três variáveis: custos humanos, financeiros e políticos. Esses três elementos foram selecionados por representarem grande impacto no processo decisório para a participação em futuras Operações de Paz das Nações Unidas. Sempre há a necessidade de considerar os riscos em que serão colocados os nossos militares e a forma de evitá-los, a fim de preservar/proteger a integridade de nossos nacionais. Os custos financeiros, serão analisados devido ao alto valor despendido para o desdobramento da tropa e sua manutenção no país caribenho, uma vez que a execução de políticas de governo deve sempre buscar a minimização dos custos para garantir que os recursos estão sendo gastos da melhor maneira possível. Por fim, a análise dos custos políticos dá-se devido à possibilidade de desgaste entre nossas instituições durante o processo decisório. Assim, ao fim deste capítulo, será realizado um balanço dos esforços para nossa contribuição direta à Minustah de forma a colaborar com a futura atuação brasileira em missões de paz.

3.1. Pessoal Civil e Militar

Entre os custos de participação em operações de paz, um dos mais evidentes são as baixas que podem ocorrer em casos de combate e doenças. No entanto, além da morte e do desgaste físico causado pela sobrecarga de trabalho, os militares também enfrentam desgastes psicológicos constantes devido ao ambiente em que estão inseridos. O conflito, por si só, já é uma situação traumática e, além disso, no caso da Minustah, a tropa brasileira encarava uma situação de pobreza extrema e ausência quase completa do Estado, o que transformava em rotina cenários de esgoto a céu aberto, descarte inapropriado de lixo, pessoas higienizando-se em águas excessivamente poluídas, pessoas com ferimentos expostos e corpos sem vida jogados nas ruas, cenas constantes de violência, mulheres dando à luz a céu aberto sem nenhuma assistência, entre outros ocorridos. A distância que separava a tropa de seus familiares e amigos e o confinamento em que viviam durante os 6 meses em que participavam da missão são outros fatores que não devem ser negligenciados.

O estudo desses fatores é crucial, pois estamos colocando em risco a vida de nossos nacionais em nome da tentativa de melhoria das condições de um outro país. Ao nos comprometermos com uma operação de paz, com a quantidade de militares e civis a serem enviados, devemos honrar esta obrigação. Para isso, os militares são convidados a participar da tropa e têm a opção de recusar o convite. Cada indivíduo a ser deslocado realiza sua própria avaliação de custo-benefício sobre a sua contribuição no exterior e decide se deve participar da missão ou não. Como são enviados a um ambiente de risco, os militares recebem alguns benefícios financeiros ao serem deslocados. Durante o período em que o militar está fora do território nacional, sua proteção continua sendo responsabilidade do Estado brasileiro, e por isso, nossos militares devem ser enviados ao exterior com a máxima capacidade segurança.

Ao longo de 13 anos, 26 contingentes foram desdobrados e 37,5 mil soldados brasileiros passaram pelo Haiti (ITAMARATY, 2017). De acordo com dados disponibilizados pelas Nações Unidas, o total de óbitos envolvendo brasileiros ao longo dos 13 anos da missão foi de 27 pessoas. Entre as causas das mortes encontram-se doenças, acidentes e o que é classificado como “outro”. Durante a MINUSTAH, houve anos que não registraram casos de óbito nem de militares nem de civis. O ano em que ocorreram mais mortes foi o ano de 2010, quando 18 militares brasileiros e 2 cidadãos internacionais foram fatalmente atingidos pelo terremoto. Além deles, nos anos de 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2013 e 2016 os dados apontam 1 óbito por ano: dois deles causados por doenças, três classificados como acidente e outros dois como “outro”. Para facilitar a análise dos dados, estes serão expostos na tabela abaixo:

Número de óbitos durante a MINUSTAH (brasileiros)			
Ano	Tipo de compromisso com a missão	Número de fatalidades	Causa
2006	Militar	1	Outro
2007	Militar	1	Acidente
2008	Militar	1	Doença
2009	Militar	1	Acidente

2010	Militar	18	Acidente
2010	Cidadão Internacional	2	Acidente
2011	Militar	1	Acidente
2013	Militar	1	Outro
2016	Militar	1	Doença
Total de óbitos		27	

Ao se realizar uma pesquisa na mídia brasileira, no entanto, é possível encontrar mais informações sobre os casos tratados acima identificados como “outro”. Os óbitos ocorridos no ano de 2006 e de 2013, podem ser considerados entre os mais marcantes da missão. De acordo com o jornal Folha de São Paulo, o general brasileiro Urano Bacellar, então *Force Commander* da missão, foi encontrado morto por um “tiro aparentemente autoinflingido” e um soldado teria disparado “contra a própria cabeça”. Tais fatos demonstram a necessidade de cuidado relação a saúde mental de toda a tropa, desde aqueles com mais experiência até a ponta da cadeia de comando.

Os casos relativos a doenças envolveram um sargento do Exército Brasileiro (EB) vítima de uma parada cardíaca, em 2016, e um sargento da Marinha do Brasil, em 2008, vítima de um aneurisma. Já entre as vítimas do terremoto, estão 5 oficiais, 1 suboficial e 12 praças do EB, 1 diplomata responsável pelas ações civis da MINUSTAH e 1 médica. As outras duas mortes relacionadas pela ONU como “acidentes” são de militares que faleceram em dois acidentes, um deles envolvendo uma viatura militar e, no outro caso, um soldado faleceu ao sofrer uma descarga elétrica ao tropeçar em um fio de alta tensão.

É importante ressaltar que não houve mortes em conflito envolvendo tropas brasileiras, por doenças contagiosas e que podem ser evitadas com medidas profiláticas ou até mesmo transmitida por vetores, como a Malária. Essas informações demonstram que os riscos relacionados a estas causas podem ser e foram evitados graças à preparação realizada pelas Forças Armadas. De fato, os militares devem realizar uma preparação militar, diversos exames visando identificar a existência de sinais de doenças anteriores ao exercício da missão e medidas profiláticas. Além disso, recebem instruções de como exercer contato

com objetos e com a população local. Outra maneira de conter os danos causados por enfermidades é a submissão a medidas de descontaminação tomadas logo após o emprego da tropa no Haiti.

Além dos casos de enfermidades fisiológicas, as mentais também afetam a tropa. Evidência disso são as mortes ocorridas em 2006 e 2013. Outros casos não enfatizados pela mídia são aqueles em que a consequência é menos drástica: a repatriação². Militares que não demonstram comportamento adequado, que apresentam graves problemas de saúde e que colocam a tropa em risco podem ser obrigados a voltar ao Brasil. Um exemplo desses casos é narrado por Ricardo Bezerra (2018) em seu livro: um militar teve de ser repatriado após apresentar transtornos mentais consequentes de um episódio em que defendeu a base militar brasileira. O Comandante do BRABAT 23 acreditou que essa conduta era adequada pois a situação mental do soldado colocava em risco a sua vida e a do CONTBRAS como um todo, principalmente por causa do livre acesso a armamentos possibilitado pelo contexto.

Assim, como demonstrado durante esta etapa da pesquisa, os riscos de participação em uma Missão de Paz relacionados ao pessoal são diversos, envolvendo perigos de combate, exposição a ambientes contaminados, contração de doenças, e a própria saúde mental da tropa com relação ao contexto em que estão inseridos e aos perigos a que estão expostos. A diminuição desses riscos é responsabilidade do Estado e por isso, deve-se exercer uma preparação da tropa, com treinamento militar, atuação médica - incluindo medidas profiláticas - aquisição de bons materiais para proteção dos militares, provimento de serviços de qualidade no local onde a missão se desenrola, como o abastecimento de água tratada. Assim, esses riscos podem ser minimizados diminuídos de maneira a garantir a proteção e saúde dos batalhões a serem empregados tanto por medidas anteriores ao desdobramento do batalhão, quanto por medidas simultâneas à execução da missão. Dessa forma, os custos são diminuídos e alcança-se um maior proveito da operação de paz. A

² Tentou-se encontrar dados relativos a repatriação de militares brasileiros, no entanto, não foi possível acessá-los durante esta pesquisa. Esses dados, no entanto, estão disponíveis no Centro de Estudos de Pessoal e Forte Duque de Caxias no Rio de Janeiro

seguir, para continuar a análise, será estudado o investimento realizado pelo Estado para a participação brasileira em missões de paz.

3.2 Investimento brasileiro

De acordo com o Artigo 17 da Carta da ONU, é responsabilidade da Assembleia Geral (AGNU) considerar e aprovar o orçamento da organização, além de aprovar qualquer acordo financeiro relacionado a agendas econômicas, sociais, culturais, educacionais, de saúde e áreas relacionadas e examinar os orçamentos administrativos dessas agendas especializadas a fim de fazer recomendações. Ainda, o Artigo determina que os gastos da organização internacional serão divididos pelos membros de acordo com o estabelecido pela AGNU. Assim, o custo das operações de paz e seu orçamento geral é responsabilidade de todos os membros das Nações Unidas. (ONU, 1945)

A AGNU, portanto, desenvolveu um método obrigatório de contribuição para operações de paz que levam em consideração o fato de ser membro do Conselho de Segurança por sua maior responsabilidade com o uso da força para garantia da paz, bem como economia do país contribuinte. Esses princípios são reafirmados na Resolução nº 55/235 da AGNU (2001). Além disso, o documento estabelece que o período de vigência do orçamento por ele definido é de um ano, de 1º de julho a 30 de julho (ONU, 2001).

Além da contribuição obrigatória, existe também a voluntária. A Resolução 55/238, também da AGNU, regula o auxílio que ultrapassa as cotas estabelecidas de acordo com os critérios da resolução anteriormente citada e não é necessariamente financeiro, podendo ser então relacionado a transporte e suprimentos pessoais, por exemplo. Para estas doações a única obrigação é a comunicação das doações à AGNU por meio do secretário-geral (RAMALHO E GOES, 2010).

Quando se trata de missões específicas, o Conselho de Segurança (CSNU) é o responsável pela delimitação do orçamento. Cada operação de paz possui seu orçamento específico que inclui custos operacionais. O secretário-geral entrega uma proposta ao *Advisory Committee on Administrative and Budgetary Questions* (ACABQ) e este deve revisar a proposta e fazer recomendações para que o 5º Comitê da Assembleia Geral possa

mais uma vez revisar a proposição e aprovar o orçamento. Pode-se analisar os orçamentos anuais, total e para a MINUSTAH, para missões de paz aprovados a partir do ano de 2006³ até o ano de 2018 na tabela a seguir:

Orçamento de Operações de Paz (em US\$)					
Orçamento total				Contribuição Brasileira	
Ano	Quantidade de Missões	Total	Minustah	Ano	(%)
2005-2006	15	5.025.238.400	516.448.500	2005	0,3068
2006-2007	15	5.348.059.500	479.808.400	2006	0,3046
2007-2008	15	6.746.805.700	535.372.800	2007	0,1786
2008-2009	15	7.310.003.400	574.916.500	2009	0,1752
2009-2010	16	7.896.219.100	611.751.200	2010	0,3222
2010-2011	15	7.832.407.000	853.827.400	2011	0,3222
2011-2012	16	7.841.758.977	793.517.100	2012	0,3222
2012-2013	15	7.326.728.600	648.394.000	2013	0,5868
2013-2014	16	7.831.650.000	576.619.000	2014	0,5868
2014-2015	16	8.466.777.380	500.080.500	2015	0,5868
2015-2016	16	8.275.565.500	380.335.700	2016	0,7646
2016-2017	15	7.892.945.500	345.926.700	2017	0,7646
2017-2018	16	6.803.236.100	582.000.000	2018	0,7646
Total (2005-2018):	-	79.962.509.057	6.816.997.800	Média:	0,3479

*Dados adquiridos através da Biblioteca Numérica das Nações Unidas.
Disponível em

<https://digitallibrary.un.org/>. Acesso em 11 nov 2019.

A tabela permite analisar, no orçamento total, uma porcentagem crescente destinada a operações de paz desde o orçamento 2005-2006 até o de 2014-2015, após esse período,

³ Não foram encontrados os dados dos anos de 2003 a 2005.

percebe-se uma diminuição do percentual dessa agenda. Quanto aos gastos relativos à MINUSTAH, é nítido um aumento nos gastos quando do terremoto (2010) e no ano de desmobilização da missão (2017). Além disso, o gasto total com operações de paz durante o período analisado foi de US\$79.962.509.057,00 enquanto o gasto da missão no Haiti foi de US\$ 6.816.997.800, ou seja, maior do que os custos para 54 anos. Dessa forma, o orçamento gasto com a Missão de Paz para Estabilização no Haiti representa aproximadamente 8,5% dos custos com operações de paz no período.

Para compreender a contribuição brasileira ao orçamento total, é imprescindível entender como a ONU separa os níveis de países contribuintes: no primeiro nível (A) estão os países membros permanentes do CSNU, no segundo (B) encontram-se os países considerados economicamente desenvolvidos, e assim segue até o nível J, onde se encontram os países menos desenvolvidos (RAMALHO E GOES, 2010). Em 2010, o Brasil encontrava-se no nível I e em 2009 o país teve que aumentar suas contribuições anuais ao passar a integrar o grupo H após uma atualização do valor das cotas. Esse fator explica o aumento da contribuição brasileira obrigatória. (RAMALHO E GOES, 2010).

Outra forma de apoio pode ser prestada por meio da providência de equipamentos, pessoal e serviços de apoio aos contingentes militares e de polícia. Quando este tipo de auxílio é prestado, a ONU faz um reembolso aos países contribuintes. Para que exista a concessão de equipamentos, pessoal e serviços, o país contribuinte assina um Memorando de Entendimento (MoU) que estabelece as regras que regem essa relação entre o Estado e a Organização Internacional, ou seja, os termos administrativos, logísticos, financeiros e as condições para o emprego da tropa/equipamento/serviços na missão (NAÇÕES UNIDAS, 2019) além da devolução parcial dos recursos financeiros investidos.

O MoU é de extrema relevância pois é o acordo formal entre as partes que determina, além do supracitado, as responsabilidades e os padrões para o desdobramento da tropa, equipamentos e serviços e sua vigência vai desde a sua assinatura - pela Missão Permanente do País na ONU e os representantes do Departamento de Suporte Operacional (DOS) - até o

⁴ (2005-2006, 2006-2007, 2007-2008 e 2017-2018)

fim do mandato da missão ou até que ambas as partes reconheçam a necessidade de renegociação (NAÇÕES UNIDAS, 2019). O acordo determina também os padrões de reembolso que serão feitos a depender dos serviços e equipamentos utilizados durante a operação de paz.

Os fatores que moldam a relação formalmente estabelecida são: (a) o ambiente (terreno, clima, situação das estradas no país de destino), (b) a intensidade operacional (complexidade e tamanho da cadeia logística, tamanho da área em que se trabalhará e infraestrutura, e (c) ação hostil/ fator de abandono forçado (atividades criminosas, ambiente hostil, capacidade de engajamento de gangues não identificadas, e alguns outros fatores que possam aumentar o risco da missão. (NAÇÕES UNIDAS, 2019). Já o fator transporte é aplicado ao que se classifica como *major equipment*. Há um aumento de 0.25% do reembolso para cada 800 quilômetros a mais de distância entre o porto de embarcação e o de destino. Ainda, é mister ressaltar que, no caso brasileiro, este dinheiro é investido diretamente pelo Ministério da Defesa, enquanto seu ressarcimento parcial volta para o Tesouro Nacional.

Os dados demonstrados na tabela abaixo descrevem os investimentos que o Ministério da Defesa realizou, o reembolso feito pelas Nações Unidas, de acordo com o MoU assinado, e a porcentagem que esse reembolso representa em relação ao montante investido ao desenrolar dos 13 anos da missão:

Participação do Contingente Brasileiro na Missão das Nações Unidas para Estabilização no Haiti (Minustah)					
Ano	Recursos investidos pelo Governo para participação da tropa (R\$)	Reembolso Feito Pela ONU (US\$)	Média anual da taxa de câmbio	Reembolso feito pela ONU (R\$)	Porcentagem reembolsada anual (%)
2004	148,070,208.56	4.743.541,00	2,92	12,851,139.72	9%
2005	142,380,451.69	31.176.394,81	2,43	75,758,639.39	53%
2006	80,709,473.00	24.093.746,07	2,17	52,283,428.97	65%

2007	131,773,103.00	24.021.865,04	1,94	46,602,418.18	35%
2008	127,919,530.89	40.666.257,02	1,83	74,419,250.35	58%
2009	125,409,820.74	11.543.172,07	1,99	22,290,912.32	18%
2010	673,855,411.25	50.449.742,70	1,76	88,791,547.15	13%
2011	245,059,650.10	66.733.141,24	1,67	111,444,345.82	45%
2012	282,241,626.06	42.289.172,93	1,95	82,279,809.12	29%
2013	179,691,510.00	51.059.410,97	2,15	109,777,733.59	61%
2014	174,532,493.00	35.012.684,73	2,35	82,279,809.12	47%
2015	154,074,219.00	29.283.778,57	3,33	97,514,982.64	63%
2016	117,079,113.00	25.787.958,48	3,49	89,999,975.10	77%
2017	87,241,226.00	19.885.038,08	3,19	63,433,271.48	73%
TOTAL	2.670.037.836,70	456.745.903,71		Média	49,7%

*Dados sobre Recursos investidos e reembolso feito pela ONU (US\$) adquiridos através de solicitação ao MD pelo Portal da Transparência.*Média anual da taxa de câmbio disponibilizada pelo IPEA

A tabela demonstra os gastos anuais investidos pelo MD na Minustah. Os dados repassados mostram que, durante a missão, foram investidos, em média, entre 148 milhões e 180 milhões de reais por ano. As exceções ocorrem em 2010, devido aos acidentes causados pelo terremoto, e nos dois anos consecutivos devido a investimentos para reconstrução do país caribenho. Além disso, em 2017, os gastos foram menores do que a média, provavelmente devido ao fim da missão em outubro, quase 1/3 do período financeiro estabelecido pelas Nações Unidas, que começa em 1 de julho e acaba em 30 de junho. Assim, o total investido para participação na missão foi de R\$2.670.037,70.

Através do cálculo do Reembolso feito pela ONU (US\$) multiplicado pela média anual da Taxa de Câmbio divulgado pelo IPEA, pode-se estimar os valores em Reais da devolução parcial do dinheiro. No entanto, para que esses valores pudessem ser encontrados, foram desconsideradas variações monetárias nacionais. Dessa forma, foi possível descobrir a porcentagem reembolsada em reais e perceber que aproximadamente 49,7% do nosso investimento foi devolvido pelas Nações Unidas. Os anos em que mais

recebemos dinheiro da ONU foram os dois últimos (2016 e 2017) da Minustah enquanto o ano em que menos fomos reembolsados foi o primeiro (2004). No entanto, a limitação desta análise é que não se pode realizar o cálculo do valor monetário total recebido no período 2004-2017.

Ao analisar a tabela, ainda, não se pode deixar de perceber as variações da porcentagem reembolsada ao longo dos anos. Em alguns, esse valor chega até 77%, enquanto em outros não chega a atingir nem 10%. Essas diferenças podem ser justificadas pela forma como é realizado o pagamento da contribuição obrigatória dos países para operações de paz. O valor reembolsado está diretamente relacionado a essa contribuição: quando muitos países tornam-se inadimplentes, o reembolso não pode ser realizado em sua totalidade, e por isso, varia tanto ao longo dos anos.

Esses custos monetários devem ser tratados como investimento, pois, apesar de não se poder calcular com perfeição os benefícios logrados através da participação em uma operação de paz por estes não serem numéricos, espera-se um retorno positivo a partir de seus gastos. Os gastos para o envio de tropas promovem a capacitação de profissionais, desenvolvimento de nossa indústria de defesa, impacta na inserção internacional do Brasil e efetiva nossos princípios constitucionais de política externa, etc.

Durante esta análise, pode-se constatar que existem três diferentes formas de contribuição para Missões de Paz da ONU. A primeira delas é através do orçamento obrigatório, a segunda, do voluntário e a terceira é através do envolvimento direto com uma operação de paz específica. Essas formas de contribuição acabam permitindo que os países que não podem contribuir muito financeiramente, auxiliem com o envio de pessoal, equipamentos, serviços para a missão e vice-versa (RAMALHO E GOES, 2010) e, portanto, não são excludentes. Ainda que não participemos de missão de paz alguma, sempre haverá a obrigação de fornecer a ajuda financeira mandatória. No entanto, caso desejemos causar maior impacto no cenário internacional, principalmente no que tange a agenda de Segurança Internacional, é essencial o comprometimento direto com as operações de paz do sistema ONU.

No subtópico a seguir serão analisados os custos políticos internos para a efetivação o comprometimento brasileiro com a Minustah visando concluir a etapa de análise de custos para participação brasileira em missões de paz da ONU.

3.3. Custos Políticos Internos

Para análise dos custos políticos da Minustah, serão examinadas as seguintes variáveis: o desgaste entre os poderes Executivo e Legislativo causado pela diplomacia presidencial do ex-presidente Lula e o desgaste da opinião pública. A centralização da diplomacia na Presidência da República teve como consequência a sensação de hierarquização dos Poderes quando se trata de política externa, gerando conflito com o Congresso Nacional, enquanto a publicação de matérias pelos principais jornais brasileiros moldava a percepção da população quanto a Minustah.

Sérgio Danese (1999,51) define diplomacia presidencial como a “condução pessoal de assuntos de política externa, fora da mera rotina ou das atribuições *ex-officio*, pelo presidente, ou no caso de um regime parlamentarista, pelo chefe de estado e/ou pelo chefe de governo”. De acordo com Casarões (2012 apud Malamud 2005) a diplomacia presidencial tornou-se uma realidade no Brasil no final da década de 1980, quando a credibilidade externa do país estava dolorosamente em jogo e a integração regional estava em movimento e cresceu de forma mais intensa nos anos Cardoso e Lula (apud Cason e Power, 2009).

Essa maneira de conduzir a agenda internacional levou, no caso do processo decisório de participação na Minustah, a uma reação de oposição do Congresso Nacional em um primeiro momento. Como demonstra Gonçalves (2011) através da análise de discursos da Comissão Permanente de Relações Exteriores e de Defesa Nacional do Senado Federal (CRE), o compromisso foi estabelecido por Lula antes de qualquer consulta ao parlamento e até mesmo divulgado pela mídia antes do debate nas casas do Congresso: “A mídia, naquele momento, já noticiava a mobilização das tropas brasileiras, mesmo sem o *ad referendum* do Congresso Nacional” (GONÇALVES 2012 , p.64).

Dessa forma, a mídia teria sido utilizada pela Presidência da República como ferramenta para garantir que o parlamento brasileiro se sentisse mais pressionado a aceitar a participação na Minustah, uma vez que o acordo já estava sendo executado mesmo sem sua participação. Fator que gerou certa oposição ao governo Lula e ao desdobramento das tropas.

Outra forma de perceber o impacto midiático na opinião pública é recorrendo a narração dos processos da operação de paz. Gonçalves (2012) analisa três canais midiáticos: Folha de São Paulo, o jornal O Globo e o Estado de São Paulo durante o período de 2004 a 2011. No início, em geral havia uma percepção positiva sobre a entrada do Brasil na Minustah, por outro lado, a missão foi comparada a ocupação do Iraque pelos Estados Unidos. Seu período de maior crítica foi de 2005 a 2007, quando a missão não demonstrava resultados positivos desde o envio do BRABAT 1 ao Haiti e quando do episódio de suicídio do General Bacellar.

O início de uma percepção otimista ocorreu a partir de 2007: foram realizadas eleições no país caribenho, no entanto, problemas estruturais como violência e falta de estrutura não promovidos pela operação de paz ainda são alvos de duras críticas. Durante esse período ocorreu a prisão de um dos principais líderes de gangue em Porto Príncipe, a ocupação de Cité Soleil e a prisão de aproximadamente 400 criminosos. Gonçalves (2012) conclui, portanto, que a melhor inserção internacional do governo brasileiro possui é, em parte, justificado pelo aparente sucesso da Minustah. Essa impressão se intensificação ainda mais após o terremoto e dura até o fim da missão.

Além disso, outras das críticas constantes era a de melhor dispêndio do dinheiro em território nacional. O autor destaca que os periódicos nacionais tinham um posicionamento estabelecido quanto a participação e liderança brasileira, enquanto a Folha de São Paulo era extremamente crítica a elas, o Estado de São Paulo exibia um posicionamento de suporte. Dessa maneira, é possível resumir que a repercussão na opinião pública é controversa ainda que a impressão que prevaleceu é aquela pautada mais pela imagem que o governo brasileiro pretendia criar sobre a atuação na Minustah

(GONÇALVES, 2012), ou seja, a imagem de que a intervenção no Haiti foi bem sucedida até 2017 e por isso chegou ao fim.

Assim, como averiguado, pode-se perceber que no início havia oposição à atuação brasileira no Haiti por parte do Congresso Nacional principalmente por causa da maneira como a decisão foi tomada: a partir da diplomacia presidencial sem consulta prévia ao parlamento. No entanto, com o passar do tempo, tanto o CN quanto a mídia passaram a apoiar a missão à medida que os resultados positivos da contribuição do Brasil com o envio de tropas apareciam. Dessa forma, é possível inferir que a decisão de cooperar com a missão estabelecida pelo Conselho de Segurança foi acertada apesar dos conflitos que apareceram ao longo de seus 13 anos de duração.

3.4. Balanço de custos

Como demonstrado acima, os custos de participação em uma missão de paz das Nações Unidas são financeiros, humanos e políticos. Assim, a decisão de contribuir com uma operação de paz não pode ser rapidamente tomada e deve considerar seus custos, benefícios e a política que o Governo pretende desempenhar no âmbito internacional. Caso não haja uma consonância desses três aspectos, as desvantagens da participação podem superar em grandes proporções as vantagens.

Quando se trata de custos humanos, as nossas Forças Armadas fizeram seu melhor para evitá-los, ainda que seja necessário um aperfeiçoamento do treinamento anterior ao desdobramento da tropa. No caso da Minustah, os óbitos foram majoritariamente causados por causa do terremoto de 2010, e por isso, de certa forma imprevisíveis. Os outros casos mostram a necessidade de melhor acompanhamento anterior e durante a missão de paz por parte dos profissionais da área de saúde, principalmente quanto à questão mental. As mortes causadas por acidentes poderiam ter sido evitadas, mas é difícil responsabilizar as FFAA pelo ocorrido, cada caso é particular e para isso seria necessário que houvesse um estudo profundo de cada um deles para encontrar maneiras de evitá-las.

Quanto ao aspecto financeiro, os gastos para envio da tropa são bastante elevados. O mais importante, no entanto, é entender a relação de *trade-off* existente ao escolher

participar de uma operação de paz. Quando se escolhe desembolsar recursos financeiros com alguma política qualquer, estamos desiste-se de usá-los com outra, essa situação é definida como custo de oportunidade. Portanto, caso não se estude bem a aplicação desses recursos, o custo de oportunidade pode ser maior do que o esperado e acarretar insatisfação da população e, em um nível mais extremo, até mesmo uma crise financeira. No caso da operação no Haiti, o montante despendido parece ter sido bem aproveitado pois a ação foi coerente com a política externa desenvolvida a época e com os objetivos de renovação das Forças Armadas demonstrados pela Estratégia e Política Nacional de Defesa.

Já os custos políticos demonstram que a decisão foi acertada. Apesar de no início haver uma oposição forte, principalmente por parte do Congresso Nacional, causado pela suposta verticalidade do processo decisório e das especulações de que estaríamos sendo usados como ferramenta do imperialismo americano. No entanto, com o desenrolar dos 13 anos da presença brasileira no país caribenho foi sendo construída uma sólida rede de apoio a missão. De maneira que tanto a opinião pública quanto as instituições brasileiras entendiam o porquê de nossa participação e os benefícios que seriam ocasionados graças a ela.

Os esforços realizados para contribuição brasileira para Missão de Paz das Nações Unidas para Estabilização no Haiti parecem ser bem planejados. Os custos políticos foram remediados, houve o reembolso de aproximadamente 50% por parte da ONU dos custos financeiros amenizando os gastos do Ministério da Defesa e os custos humanos, apesar de poderem ter sido menores, demonstram a relevância da preparação para participação das tropas na missão, uma vez que ensinam nossos militares a lidar com as mais diversas situações.

4. Análise dos benefícios da participação brasileira na Minustah

Esta etapa da pesquisa visa encontrar os benefícios da participação brasileira na Missão das Nações Unidas para Estabilização no Haiti de maneira a conseguir garantir benefícios proporcionais em futuras atuações brasileiras neste âmbito e até mesmo melhorá-los. Assim, os elementos escolhidos para análise foram a inserção internacional brasileira, o desenvolvimento da nossa base industrial de defesa ocasionado diretamente pela atuação no país caribenho, a evolução do treinamento anterior ao desdobramento da tropa e de sua atuação durante a missão e o aumento da renda dos militares enviados ao exterior. Por fim, será realizado um balanço dos benefícios da participação brasileira na Minustah.

4.1. Inserção Internacional

Os benefícios políticos produzidos pela Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH) podem ser divididos em três níveis de análise: as relações bilaterais entre Brasil e Haiti; a missão como concretização de uma política em nosso entorno estratégico e os benefícios políticos em âmbito global; principalmente no ambiente da Organização das Nações Unidas.

Quanto ao primeiro nível, ao acessar-se o *site* do Ministério das Relações Exteriores (MRE), é possível perceber maior interação entre a República Federativa do Brasil e a República no Haiti. Desde o estabelecimento das relações diplomáticas entre os países em 1928 até o início da MINUSTAH em 2004, houve apenas uma visita de alto nível do Ministro das Relações Exteriores haitiano ao Brasil em 1982. Após o estabelecimento do CONTBRAS, até o fim da missão, identificam-se 12 visitas de alto nível, sendo 3 delas em 2011, ano seguinte ao terremoto que atingiu o país caribenho.

Outra maneira de analisar a intensificação das relações entre ambos os países é por meio da verificação de atos internacionais (AI) firmados desde o estabelecimento das relações diplomáticas. De acordo com a Concórdia, plataforma do MRE para acesso a AIs, existem, ao todo, 43 acordos firmados entre Brasil e Haiti. Deste total, apenas 7

acordos foram celebrados antes da Missão de Paz⁵. Dos sete Atos firmados entre os países entre 1928 e 2004, 2 deles versam sobre assuntos administrativos e somente a partir de 1966, observa-se o interesse por outros temas como intercâmbio cultural, cooperação nas áreas de energia e mineração, e em 1984 cria-se uma comissão mista, com reuniões anuais, para analisar o comportamento da cooperação técnico-científica, o comportamento do intercâmbio comercial bilateral e o desempenho da cooperação cultural.

Entre 2004 e 2017, portanto, foram firmados 36 Atos. Além de a quantidade numérica ser maior, o espaço de tempo em que esses tratados foram assinados é bastante menor. Outro aspecto importante é analisar que os temas tratados pelos AI são de maior abrangência e os acordos são mais específicos do que no período anterior. Durante o período de participação brasileira na MINUSTAH, os AIs passam a versar sobre cooperação educacional e esportiva, direitos humanos, cooperação financeira, segurança pública, saúde e agricultura, por exemplo.

A Política Nacional de Defesa estabelece nosso entorno estratégico que “extrapola a região sul-americana e inclui o Atlântico Sul e os países limítrofes da África, assim como a Antártica. Ao norte, a proximidade do mar do Caribe impõe que se dê crescente atenção a essa região” (BRASIL, 2012). Sendo assim, devido a sua localização, o Haiti encontra-se em nosso entorno estratégico.

Além disso, é mister ressaltar que tropas de outros países se subordinaram ao comando militar da missão que sempre foi brasileiro. Entre as tropas de países que se localizam nessa região, estão as tropas chilenas, uruguaias, argentinas, bolivianas,

⁵ Convenção de Arbitramento entre os Estados Unidos do Brasil e a República do Haiti (1910), Acordo Administrativo entre Governo dos Estados Unidos do Brasil e Governo da República do Haiti para Troca de Correspondência Oficial em Malas Diplomáticas por Via Comum (1951), Acordo Administrativo entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e Governo da República do Haiti para a Troca de Correspondência Oficial em Malas Diplomáticas Especiais por Via Aérea (1951), Convênio de Intercâmbio Cultural entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e Governo da República do Haiti (1966), Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Haiti (1982), Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Haiti para o Desenvolvimento de Programas de Cooperação nas Áreas de Energia e Mineração (1983), e Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Haiti sobre a criação da Comissão Mista Brasil-Haiti (1984).

guatemaltecas, peruanas e equatorianas, além das próprias tropas brasileiras (BRASIL, 2017). Esta situação permitiu, então, a cooperação na área militar, o convívio entre diferentes culturas e o compartilhamento de experiências vividas pelas diferentes tropas. “De acordo com Lessa (2007), a participação em missão de paz proporciona condições ideais para a troca de informações sobre experiências com outras forças armadas e permite que nossos militares adquiram uma diversificada experiência militar” (MERGULHÃO, 2018 apud LESSA, 2007).

Outro aspecto importante a considerar é a aproximação do Brasil com a Comunidade Caribenha (CARICOM). A CARICOM é um grupo composto por 15⁶ países membros e 5⁷ países associados criada em 1973 que se localizam geograficamente entre as Bahamas e o Suriname, além de incluir a Guiana na América do Sul, ou seja, também em nosso entorno estratégico.

Anteriormente à intervenção das Nações Unidas, a CARICOM tentou solucionar as crises haitianas de diversas formas, com apoio dos Estados Unidos, França, União Europeia e até mesmo da Organização dos Estados Americanos (OEA) (SÁ, 2015). No entanto, as diferentes perspectivas e interesses dos países da CARICOM e das potências sobressaíram e impossibilitaram a indicação de uma solução para o conflito. (SÁ, 2015).

A concordância de participação brasileira entre as partes pode ser justificada pelo discurso da PEB do então presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, pela proximidade do Brasil em termos culturais com os países do Caribe, e pela identificação do Brasil com a CARICOM. Assim, surgia uma possibilidade para aumentarmos nossa influência na região caribenha a partir do aceite da missão. Prova disso foi a ampliação do número de tratados assinados com a Comunidade do Caribe antes e depois do estabelecimento da MINUSTAH. Até 2004 apenas 1 AI havia sido firmado entre o Brasil

⁶ Antigua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, República Dominicana, Granada, Guiana, Haiti, Jamaica, Montserrat, Saint Lucia, São Cristóvão e Nevis, St Vincent e Granadines, Suriname e Trinidad e Tobago.

⁷ Anguilla, Bermudas, British Virgin Islands, Cayman Islands e Turks and Caicos Islands.

e o bloco. No período de participação em solo haitiano, esse número elevou-se para 4. Tais acordos abrangem as áreas da saúde, cooperação técnica e consultas políticas.

Já no âmbito global, os benefícios do engajamento brasileiro na MINUSTAH podem ser notados de diferentes formas, algumas mais abstratas e outras mais concretas. Entre os benefícios abstratos, está a projeção de poder militar e a consolidação do Brasil como potência regional. Por outro lado, os benefícios concretos estão relacionados a maior participação brasileira em cargos de decisão das Nações Unidas e a projeção internacional do Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB).

A capacidade de mobilização das tropas, a aquisição de novos equipamentos da indústria de defesa, a maior e melhor capacitação dos militares brasileiros e de adaptação da tropa ao ambiente hostil, a capacidade de ação conjunta do Exército, Marinha e Aeronáutica, o desenvolvimento da nossa Base Industrial de Defesa, o emprego efetivo das tropas e seu bom desempenho, assim como a capacidade logística apresentada pelos Batalhões Brasileiros no Haiti, são uma lista exemplificativa daquilo que se pode chamar de projeção de poder militar. Essa projeção é essencial para alcançarmos a nossa estratégia militar definida pela PND: a dissuasão (BRASIL, 2012). Assim como a economia, a extensão territorial e a população, no sentido de poder potencial, a capacidade militar de um país é responsável por ser reconhecido como potência. O contexto de crescimento econômico vivido durante os governos Lula somado a atuação militar brasileira no Haiti, contribuem para essa percepção de outros Estados.

Já sobre os aspectos concretos, como afirma Mergulhão (2018) a relevância do CCOPAB foi fortalecida pela participação brasileira na MINUSTAH. Graças a ela, o centro de treinamento passou a ter reconhecimento internacional, com a certificação de cursos pela ONU. O Instituto Igarapé (2018) confirma o crédito dado ao CCOPAB, devido a sua qualificação como órgão de inspeção das Nações Unidas na acreditação de forças de paz, na realização de eventos internacionais e nas parcerias firmadas com centros congêneres.

Outro fator que demonstraria a maior influência global brasileira, principalmente no âmbito das Nações Unidas teria sido a participação brasileira no Conselho de

Segurança como membro não permanente durante o biênio 2010-2011. Além disso, o fim do rodízio de nações para o posto de *Force Commander* da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL) seria consequência do bom resultado apresentado pelos militares brasileiros, bem como o convite de comando da Missão de Estabilização das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO) realizado pelo CSNU. (MORENO, 2018). Ainda, a maior inserção global seria confirmada com o aumento das solicitações para que o Brasil participe de operações de paz em outros países, como Congo Sudão e Líbano (MERGULHÃO, 2018).

Como se pode analisar acima, a participação brasileira no Haiti entre 2004-2017 trouxe vantagens no campo político tanto no aspecto bilateral, quanto nos regional e global. A concretização da PEB no Governo Lula pode ser exemplificada por meio da nossa participação na intervenção das Nações Unidas no Haiti. Os benefícios políticos da atuação brasileira, no entanto, podem ser apenas contabilizados quando levados em conta os objetivos de política externa estabelecidos durante aquele período. O aumento da integração regional em nosso entorno estratégico e a intensificação da cooperação com países em desenvolvimento, bem como maior comprometimento com o multilateralismo através da ONU são uma amostra dos objetivos política externa alcançados naquele momento e das vantagens adquiridas por meio da nossa atuação na Minustah.

Outro fator que deve ser analisado é o desenvolvimento da Base Industrial de Defesa brasileira, que se beneficiou principalmente da visibilidade proporcionada à cartela de produção da indústria nacional. Esse aspecto será analisado a seguir.

4.2. Desenvolvimento da Base Industrial de Defesa (BID)

A Base Industrial de Defesa, de acordo com nosso Livro Branco, é um “conjunto de indústrias e empresas organizadas em conformidade com a legislação brasileira, que participam de uma ou mais das etapas da pesquisa, desenvolvimento, produção, distribuição e manutenção de produtos de defesa” (BRASIL, 2012). Sua capacitação e desenvolvimento são uma das diretrizes da Estratégia de Defesa Nacional de maneira a

incentivar a participação e competição das BID nacional em mercados externos para aumentar sua capacidade de produção (BRASIL, 2012).

Iniciou-se a construção da BID em meados do século XVIII, como iniciativa da Coroa portuguesa, mas sua relevância apenas foi reconhecida com a vinda da Corte para o Brasil em 1808 com a criação da fábrica Real de Pólvora da Lagoa Rodrigo de Freitas (Andrade, 2016). A partir de então, Israel de Oliveira Andrade (2016) contextualiza o desenvolvimento da BID em 4 ciclos: das fábricas militares (1889-1940); (b) investimento no conhecimento (1940-1964); © auge e declínio da BID (1964- 1990); e Crise da BID (1990).

O primeiro ciclo é aquele que teve princípio com a Proclamação da República. Durante este período a diretriz do governo brasileiro era de importação de equipamentos de defesa e de implementação de atividades de montagem e manutenção nos arsenais brasileiros. Assim, deu-se o surgimento de fábricas militares com o intuito de fabricar munições de baixo calibre, por exemplo. Os anos 30, com a Revolução, representam, no entanto, uma reviravolta para a história da BID. a partir daí, o Exército começou a montar um parque fabril que o tornasse independente da importação. Dessa forma, a década de 30 teria assinalado o primeiro Ciclo Industrial Militar, mesmo que ainda não se fabricasse, no Brasil, materiais pesados de emprego militar. (Amarante, 2004).

O ciclo de investimento no conhecimento representou um grande avanço para a produção da indústria de defesa, principalmente com a criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e o contexto vivenciado durante a Segunda Guerra Mundial. Enquanto a CSN possibilitou a produção de matéria-prima, o conflito de escala global explicitou a necessidade de desenvolvimento tecnológico no setor militar. (Andrade, 2016). Assim, as Forças armadas realizaram um grande esforço de fomento da BID, recebendo uma resposta positiva do setor privado. (Amarante, 2004).

O ciclo subsequente é o de auge e apogeu da BID. A partir de 1964, o governo brasileiro passou a desenvolver direta ou indiretamente iniciativas voltadas para a criação de um complexo industrial de defesa. Dessa forma, os incentivos garantiram o crescimento acelerado do setor durante o período militar, possibilitando que o Brasil se

tornasse o quinto maior exportador do mundo apenas uma década depois. (Andrade, 2016 apud Pim, 2007). A intensificação do crescimento da Base Industrial de Defesa justificou-se pela combinação entre um mercado internacional favorável e condições proporcionadas pelo governo militar. A partir do fim dos anos 80, no entanto, progresso da indústria começou a declinar (Andrade, 2016).

A década de 90 representa uma séria crise para a BID, que teve seus efeitos prolongados para além dos anos 2000, ainda possui suas razões como motivo de debate e opiniões controversas. Portanto, ainda não se pode explicar com segurança suas causas. No entanto, a queda de desempenho do setor é nítida. Os gastos militares, que em 1990, superavam 45 bilhões de dólares, durante o resto da década, foram reduzidos a aproximadamente entre 10 e 20 bilhões de dólares. (Andrade, 2016).

O contexto no qual se insere a MINUSTAH, no entanto, é um que apresenta a melhoria de desempenho da Indústria de Defesa tanto graças a novas iniciativas governamentais quanto a indícios de retomada das exportações. Tal resultado é consequência da Política Nacional de Defesa (PND) e da Estratégia Nacional de Defesa (END), que definem, assim como o Livro Branco de Defesa Nacional, diretrizes para a expansão da Base Industrial de Defesa brasileira. De acordo com Andrade (2016), “o setor de defesa no Brasil vivenciou nos últimos anos um intenso processo de consolidação, evidenciando a vitalidade da atual indústria de defesa no Brasil e gerando expectativa positiva em relação aos novos projetos no setor”. O autor aponta como uma das principais motivações deste cenário o programa de modernização das Forças Armadas por meio da aquisição de novos equipamentos, que apresenta um orçamento global de aproximadamente R\$150 bilhões para os próximos 20 anos (BRASIL, 2012).

Uma das principais motivações para a participação brasileira na Missão de Paz no Haiti foi exatamente o argumento de melhoria dos equipamentos utilizados pelas Forças Armadas (FFAA) em campo e, conseqüentemente, a contribuição para o melhor desempenho da BID. Tal temática é objeto de Rafael Farias. Em seu estudo, o autor apresenta como a MINUSTAH contribuiu ou para o desempenho da Indústria de Defesa brasileira.

No recente contexto, pode-se perceber uma maior integração das empresas de defesa e civis com as FFAA, consequência da revisão da PND e da END em 2012, e da legislação criada para regulamentar o setor de defesa em 2013 (FARIAS, 2018). Essas variáveis contribuíram para a participação de 15 empresas, brasileiras ou com sede em território nacional, na Operação de Paz no Haiti, tanto provendo armamentos e veículos de combate, quanto garantindo a eficiência logística do Contingente Brasileiro (CONTBRAS) para o sucesso da missão.

De acordo com a pesquisa, aproximadamente 70% das empresas entrevistadas firmaram mais de 10 acordos com as FFAA nos últimos 20 anos. Entre os itens comercializados, 18% foi produzido especificamente sob demanda das Forças Armadas brasileiras. Além disso, as companhias afirmam que 58% de seus contratos foram firmados exclusivamente para MINUSTAH e 73% concluem que, apesar de não haver contratos específicos para desempenho do CONTBRAS, houve maior exposição de seus produtos graças a sua maior exposição internacional. (FARIAS, 2018).

Os dados apresentados permitem concluir que grande parte dos equipamentos utilizados no Haiti já era produzida pela indústria nacional, necessitando apenas alguns ajustes para adequação ao terreno haitiano. (FARIAS, 2018 apud KATSANO, 2017). Além disso, o autor afirma ainda que a participação brasileira permitiu a assinatura de novos contratos com as FFAA e representou um aumento na visibilidade de produtos brasileiros no exterior.

Um dos maiores exemplos disso seria o fornecimento de tecnologias não letais pela empresa Condor que permitiu o uso gradual da força pelo CONTBRAS e mudou a concepção da ONU sobre o uso da força. Como aponta a pesquisa, a empresa agora fabrica munições não letais sob a vigência de contratos com as Nações Unidas, havendo seu mercado aumentado expressivamente. (FARIAS, 2018). Outro exemplo são as adaptações necessárias para o carro de combate Urutu ao decorrer da missão. A viatura, modelo dos anos 1980, apresentou excelentes resultados graças ao apoio concedido pelas empresas brasileiras. Quanto ao armamento utilizado, empregou-se um novo modelo de fuzil de fabricação da empresa IMBEL que substituiu armas menos modernas e

possibilitou a melhoria da qualidade do armamento utilizado pelo Exército Brasileiro. Por fim, no que concerne à logística do Batalhão, empresas nacionais proporcionaram moderno tratamento de água e o uso de rádios digitais que facilitaram a comunicação do CONTBRAS (FARIAS, 2018).

Assim, ao analisar-se a história da Base Industrial de Defesa, pode-se perceber que a partir do momento em que passou a haver um plano Estatal com incentivos do Governo para o reaparelhamento das FFAA, a indústria de defesa conseguiu aumentar sua importância no cenário econômico nacional. Além disso, a coincidência da participação brasileira na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti com o planejamento da PND e da END fomentou ainda mais o setor, e ainda, possibilitou a exposição de produtos brasileiros ao mercado internacional.

Os produtos proporcionados pela indústria de defesa brasileira foram utilizados durante toda a operação de paz e até mesmo no treinamento prévio ao desdobramento da tropa. As opções escolhidas pelas FFAA influenciaram diretamente sua atuação e capacitação quando da Minustah. Assim, a preparação das Forças Armadas e seu aprendizado serão os aspectos analisados no próximo subtópico.

4.3. Capacitação das Forças Armadas

Mesmo com a experiência anterior de participação brasileira em Missões de Paz das Nações Unidas, houve a necessidade de atualização do treinamento das FFAA para atuação específica na Minustah. De acordo com Nunes (2014) o Brasil, até 2004, não havia enfrentado um desafio como o proposto pela missão no Haiti, foi então necessário preparar-se adequadamente para atuar com um batalhão de infantaria a ser conduzido sob a regulamentação do Capítulo VII da Carta da ONU. Ainda, de acordo com o autor (2014, p. 2) seria necessária “uma rápida e intensa adaptação” à realidade haitiana feita pelos contingentes brasileiros iniciais. Ferreira (2017, apud DIAS) concorda com essa ideia ao afirmar que as “tropas modernas devem ser capazes desse adaptar a diferentes tipos de situações, que variam entre ações extremamente violentas em combate, Operações de Paz com a neutralidade necessária e Operações de Ajuda Humanitária.”

Dessa forma, pôde-se perceber, ao longo dos 13 anos de desdobramento das tropas brasileiras, a adaptação a cada etapa da missão, desde seu início, passando pelo período anterior ao terremoto, o posterior a ele, e a preparação para o fim da missão. Cada um desses momentos requisitou do Centro de Instrução de Operações de Paz (CIOpPaz), inicialmente, e do CCOPAB, seu predecessor, a capacidade de adequação as novas realidades da missão ao longo dos anos. "Foi posto em prova, então, um “modelo de pacificação urbana baseado em pontos fortes, expansão de perímetros de segurança e patrulhamento intensivo para a negação do território a grupos armados” (Nunes, 2014, p. 3) que, conforme Nunes, funcionou muito bem.

Foi criado um treinamento específico para os militares a serem enviados ao exterior. Primeiramente as futuras lideranças participavam de cursos e estágios específicos para formação de líderes a fim de proporcionar as condições necessárias para entender as tarefas do mandato estabelecido pelo CSNU, para tomar e implementar decisões, enfrentar os riscos da missão e alcançar os objetivos almejados. Em seguida, era realizado treinamento prático sobre as regras de engajamento com módulos de tiro, combate urbano e liderança para que comandantes e soldados usassem armamentos de maneira adequada e aproveitassem o terreno de maneira competente. (NUNES, 2014).

Como mencionado acima, diante das novas adversidades da missão, o treinamento deveu adaptar-se a elas e assim foi feito, principalmente nos momentos iniciais pós terremoto. Foi necessário o envio de uma tropa de emergência que possuiu pouco tempo hábil de preparação e ainda assim foi capaz de executar sua missão com qualidade apesar dos novos desafios. A tropa teve de abordar técnicas e táticas para realizar sepultamentos, exercer proteção de refugiados e deslocados, prover a segurança de pontos de distribuição de alimentos e água, por exemplo.

Além da preparação e bom desempenho de nossos militares no exterior, como narra Bezerra (2019) em seu livro, a preparação da tropa também contribuiu em situações emergenciais em território nacional. O autor expõe um episódio em que ocorreu uma enchente em Pelotas (RS) e o BRABAT 23, ainda em treinamento, se mobilizou para ajudar a população local. Outro fator que está sendo constantemente

discutido é a relação entre a Minustah e a pacificação de favelas no Rio de Janeiro, se há ou não, vinculação de um contexto ao outro, afinal, existem semelhanças entre ambos os contextos e a experiência dos militares que estiveram no Haiti estaria sendo utilizada na antiga capital federal.

Dias (2018) realizou um interessante estudo sobre o treinamento anterior ao envio da tropa ao país caribenho por meio de entrevistas a militares que participaram da operação de paz. De acordo com ele, a tropa brasileira teve boa conduta na missão: conseguiu navegar no campo cultural, entendeu a população, agiu de maneira eficaz e respeitou o cidadão ao mesmo tempo. Sendo este contexto resultado direto da preparação, que incluiu instruções sobre história, economia, religião, crenças, geografia e línguas além do treinamento militar em si.

No entanto, os resultados da pesquisa demonstram que apesar do bom desempenho, alguns fatores ainda poderiam ser melhorados: instruções sobre a língua local, orientações jurídicas, orientações sobre patrulhas a pé e controle de distúrbios. Outra questão abordada como fator a lapidar é a atualização do contexto da missão dos militares no fim da preparação e aqueles que logo serão desdobrados.

Baseando-se na pesquisa realizada, pode-se perceber que a preparação para participação brasileira no Haiti foi um fator crucial para o desenvolvimento das nossas Forças Armadas. Evidência disso seria a criação do CCOPAB, demonstrando a intenção de melhorar a qualidade do desempenho não somente de nossas tropas no exterior, mas como também com diversos cursos para civis, principalmente sob égide do Sistema ONU e provando sua qualidade ao receber a certificação das Nações Unidas. Assim, é possível afirmar que nossas Forças Armadas estão no caminho certo e evoluíram consideravelmente graças a nossa contribuição e liderança no Haiti.

Além disso, um elemento que parece ter sido bem realizado foi a adaptação dos militares aos diversos momentos da Minustah e as necessidades exigidas por eles: as tropas brasileiras conseguiram desempenhar o papel almejado sem muitos problemas. Ainda assim, existem pontos a evoluir. O importante é perceber essas necessidades e aceitá-las, de maneira a sempre aprimorar a qualidade do funcionamento de nossas Forças Armadas. É

imprescindível lembrar-se que é impossível que um treinamento seja 100% preciso pois ele apenas simula as condições de ação da tropa e é de extrema dificuldade para os militares em treinamento simular as emoções que sentirão durante a exercício do mandato.

4.4. Aumento da renda dos militares deslocados

A participação de militares em missões de paz das Nações Unidas proporciona a eles um aumento salarial temporário. Enquanto o militar está de serviço no exterior, além de seu salário corrente, ele passa a ganhar um valor adicional em dólares americanos. Assim, os militares em exercício no exterior conseguem melhorar renda e a de suas famílias no Brasil, graças a oportunidade de participação em operações de paz. A análise desse fator é essencial principalmente quando se trata da ponta da linha de comando: sargentos (1º, 2º e 3º), soldados e cabos. De acordo com dados do Ministério da Defesa (2019), os salários atualizados correspondem a R\$5.483,00 para o posto de 1º Sargento, R\$4.770,00 para 2º Sargento, R\$3.835 para 3º Sargento, R\$2.627,00 para Cabos engajados, R\$956,00 para Cabos não engajados, R\$1.856 para Soldados engajados especializados, R\$1560,00 para Soldados engajados não especializados e R\$956 para Recrutas ou Soldados não engajados não especializados.

Para os militares a serviço da União no Exterior, a regulamentação é a Lei nº5.809 de 1972, a qual dispõe sobre a retribuição de direitos do pessoal civil e militar no exterior. Em seu artigo 7º, a Lei prevê que a retribuição no exterior é paga em moeda estrangeira e é constituída de retribuição básica, gratificações, indenizações, décimo terceiro salário com base na retribuição integral, e acréscimo de $\frac{1}{3}$ da retribuição na remuneração do mês em que gozar de férias.

Já a Lei nº10.937 de 2004, que dispõe sobre a remuneração dos militares a serviço da União, integrantes de contingente armado de força multinacional empregada em operações de paz, em cumprimento de obrigações assumidas pelo Brasil em entendimentos diplomáticos ou militares, autorizados pelo Congresso Nacional e sobre o envio de militares

das FFAA para o exercício de cargos de natureza militar junto a organismo internacional determina em seu artigo 3º que:

“Os militares integrantes de tropa brasileira no exterior continuarão recebendo, em moeda nacional, a remuneração prevista na legislação pertinente das Forças Armadas ou na dos Estados, Distrito Federal e Territórios, percebendo, ainda, em moeda estrangeira, a Indenização Financeira Mensal para Tropa no Exterior” (BRASIL, 2004)

Além disso, existe ainda uma indenização financeira mensal para funções de comando no exterior e um fator de correção regional a ser fixado pelo Ministro da Defesa e fixado no ato de autorização da missão, com base na avaliação estratégica, operacional e econômica da região da operação de paz. (BRASIL, 2004).

A aspecto geral da remuneração para cada posto/graduação é resumido na tabela abaixo:

Tabela dos soldos dos militares das Forças Armadas		
Posto/Graduação	Soldo corrente (R\$)	Indenização Financeira Mensal Para Tropa no Exterior (US\$)
Vice Almirante, General de Divisão e Major Brigadeiro	12.912,00	4.400,00
Contra Almirante, General de Brigada e Brigadeiro	12.490,00	4.400,00
Capital-de-Mar-e-Guerra e Coronel	11.451,00	4.000,00
Capitão de Fragata e Tenente Coronel	11.250,00	4.000,00
Capitão de Corveta e Major	11.088,00	4.000,00
Capitão Tenente e Capitão	9.135,00	3.250,00
1º Tenente	8.245,00	2.960,00
2º Tenente	7.490,00	2.960,00
Suboficial e subtenente	6.169,00	2.700,00

1º Sargento	5.483,00	2.700,00
2º Sargento	4.770,00	2.400,00
3º Sargento	3.825,00	2.400,00
Cabo Engajado	2.265,00	972,00
Soldado Engajado Especializado	1.856,00	972,00
Soldado Engajado não Especializado	1.560,00	972,00

*Fonte: <https://www.defesa.gov.br/ministerio-da-defesa/2-uncategorised/8534-remuneracao-dos-militares-das-forcas-armadas-no-brasil-e-no-exterior> e http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.937.htm

Analisando as informações acima pode-se perceber que há um aumento de aproximadamente três vezes meio no salário de Soldados quando participam de missões de paz das Nações Unidas no exterior, enquanto os Cabos ganham aproximadamente três vezes mais. Considerando-se que o engajamento de militares no Haiti durou cerca de 6 meses, pode-se afirmar que um Soldado ganha em 6 meses, o que ganharia em aproximadamente 21 meses. Já um Cabo ganha o que ganharia em 18 meses. Esse fator possibilita maiores oportunidades financeiras não somente aos militares engajados, mas também a suas famílias. Muitos deles utilizam esse dinheiro para realizar sonhos como comprar bens de consumo durável, como carros ou a casa própria, talvez para proporcionar melhores condições educacionais a seus filhos etc. Dessa forma, a distribuição da renda proporcionada pela participação em missões de paz abre novas portas para essas pessoas e para aquelas ao seu redor, sendo assim, mais um impacto positivo da participação brasileira em operações de paz da ONU.

O fator de aumento salarial temporário, apesar de ser efetivado individualmente, contribuiu para a participação brasileira de maneira a incentivar os militares a estarem presentes nas missões de paz das Nações Unidas. Em um nível coletivo, as FFAA conseguem utilizar dessa ferramenta para fomentar a vontade de envolvimento em situações de conflito não relacionadas diretamente com o Estado Brasileiro. Assim, esse

aumento salarial, além de ser um benefício individual, e também um aspecto chave no processo decisório brasileiro.

4.5. Balanço dos benefícios

Percebem-se, baseado no demonstrado acima, benefícios da participação brasileira na Minustah em quatro aspectos: inserção internacional brasileira, o desenvolvimento de nossa base industrial de defesa, capacitação de nossas FFAA e o aumento de renda temporário dos militares enviados ao exterior. Quando analisados levando em consideração contexto de nossa política externa, pode-se dizer que esses benefícios justificaram nossa contribuição no Haiti e podem justificar também a nossa participação em futuras operações de paz das Nações Unidas.

Quanto a nossa inserção internacional, evidencia-se que houve o relacionamento entre a tropa brasileira e de outros países latino americanos, o que possibilitou a troca de experiência entre as diferentes Forças Armadas de Cada país. Além disso, revela-se também a intensificação das relações bilaterais com o Haiti e com os países da CARICOM e até mesmo o aprofundamento das relações brasileiras no âmbito da agência de segurança das Nações Unidas, tendo o Brasil sendo convidado a participar de novas missões de paz e nossos militares a liderar outras já em curso devido ao bom desempenho da tropa e de seus comandantes no país caribenho.

Sobre a BID, pode-se apontar como maior benefício a exposição de nossos produtos no cenário internacional como principal fator. Além disso, outro elemento essencial é a adoção da ONU de técnicas progressivas de combate e o fornecimento desse material por uma empresa brasileira a exemplo do uso realizado pelos Batalhões Brasileiros no Haiti bem como o desenvolvimento de um novo armamento para uso na missão. Esses fatores exerceram, portanto, impacto positivo direto no desenvolvimento de nossa indústria de defesa, apesar de serem bastante difusos na maioria dos casos.

Outro fator extremamente relevante foi a capacitação de nossas forças armadas. Como demonstrado por nossas Estratégia e Política Nacional de Defesa, o Brasil encontra-se em uma zona pacífica já há um longo período. Dessa forma, a Minustah

proporcionou às nossas Forças Armadas experiência e treinamento relacionado a seu objetivo fim. Dessa maneira, ficou evidente que durante os 13 anos de missão, o treinamento foi capaz de garantir a integridade física de nossos militares e adaptou-se conforme as necessidades que apareciam e de acordo com o aprendido no período anterior. Assim, pode-se afirmar que este foi um dos maiores benefícios da participação brasileira na missão no Haiti.

Ainda, deve-se analisar o aumento salarial proporcionado pelo envio de militares ao exterior. De acordo com a legislação brasileira, o pessoal deslocado deve receber uma indenização quando se encontra a serviço da União no exterior. Esse fato beneficia principalmente os mais baixos na hierarquia militar: soldados e cabos. Seu soldo quando trabalhando no Brasil é entre 5 e 3 vezes menor do que quando no exterior. Dessa forma, os 7 meses em que estão fora do território nacional abrem novas oportunidades para essas pessoas e suas famílias.

Assim, pode-se afirmar que os benefícios da participação brasileira na Missão das Nações Unidas para Estabilização no Haiti foram diversos e são de difícil mensuração pois nem sempre o retorno é financeiro. Por isso, este capítulo tentou demonstrar como a contribuição direta para operações de paz das ONU podem trazer benefícios para além dos monetários. É importante ressaltar, no entanto, que esses benefícios estavam atrelados aos objetivos políticos do Governo à época, de inserção internacional e de melhoria das Forças Armadas. Assim, pode-se considerar que colaborar diretamente em missões de paz contribui positivamente para o país.

5. Conclusão

Esta pesquisa possibilitou compreender como é a relação custo-benefício da participação brasileira em operações de paz à luz da Missão das Nações Unidas para Estabilização no Haiti, Minustah. Com isso, pode-se perceber que os benefícios superam os custos quando existe a delimitação da política externa do governo que esteja consoante com a ajuda militar enviada ao exterior baseada em mandatos do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Para alcançar a compreensão deste tema foi definido como objetivo geral de pesquisa entender se a relação de custo-benefício do envio de tropas brasileiras para Missões de Paz no exterior é positiva ou negativa, e como objetivo específico saber se o investimento para atuação brasileira no exterior é essencial para o desenvolvimento de nossa política externa e de defesa, contribuindo positivamente com o desempenho de nossas Forças Armadas.

Após o estudo de diversos textos acadêmicos, de conversas informais com representantes do Ministério da Defesa, de informações disponibilizadas pelas Nações Unidas e dados cedidos pelo MD foi possível perceber que a relação custo-benefício da participação brasileira em operações de paz é positiva desde que esteja de acordo com nossa política externa. Pois, apesar de a relação ser positiva, os custos são altos e envolvem aspectos financeiros, políticos e humanos. Assim como os recursos de qualquer país, os nossos são limitados e, por isso, seu uso deve ser bem planejado visando alcançar objetivos previamente estabelecidos. Assim aconteceu com a Minustah e assim deve ser com as atuações futuras em missões de paz das Nações Unidas.

Os benefícios da inserção internacional, de capacitação das FFAA, relativos a indústria de defesa e ao aumento salarial dos militares deslocados seriam grandes motivações para a continuidade da atuação pacífica externa de nosso contingente militar. Afinal, essa atuação acaba sendo uma efetivação dos princípios que regem nossas relações internacionais estabelecidos no artigo 4º de nossa Constituição.

Por fim, é importante ressaltar que esta pesquisa não é conclusiva, mas apenas mais um passo para melhor compreender a participação brasileira na agenda de Segurança Internacional através da cooperação multilateral e como esse processo interfere em nossas políticas nacionais, principalmente quando se trata de nossa agenda de Defesa e reestruturação das Forças Armadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Paulo. **A Política Externa do novo Governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva** – retrospecto histórico e avaliação programática. Rev. bras. polít. int. vol.45 no.2 Brasília July/Dec. 2002

AMARANTE, José. **A base industrial de defesa brasileira**. IPEA, Brasília, DF, 2012.

ANDRADE, Israel. **Base Industrial de Defesa**: contextualização histórica, conjuntura atual e perspectivas futuras in Mapeamento da Base Industrial de Defesa. IPEA. Brasília, DF, 2016.

ARRAES, Virgílio. **Haiti e política externa de Lula**: realmente há algo de inovador? Instituto Brasileiro de Relações Internacionais. Brasília, DF, 2004.

ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. Resolução nº55/235. A/RES/55/235. 20 jan 2001. Disponível em <https://undocs.org/en/A/RES/55/235>. Acesso em 2 dez 2019.

ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. Resolução nº55/235. A/RES/55/238. 8 fev 2001. Disponível em <https://undocs.org/en/A/RES/55/238>. Acesso em 2 dez 2019.

BARRETO, Fernando. **Política Externa após a Redemocratização**. Fundação Alexandre de Gusmão. Brasília, DF, 2012.

BEZERRA, Ricardo. **Missão Haiti**: 7 lições de liderança. Editora Figurati. 1ª edição. São Paulo, SP, 2019.

BRASIL. Estratégia Nacional de Defesa (2008). Brasília, DF, Ministério da Defesa, 2008. Senado Federal: Centro Gráfico, 1998.

_____. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF.

_____. Ministério das Relações Exteriores. Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti. Disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/paz-e-seguranca-internacionais/142-minustah>. Acesso em 2 dez 2019.

_____. Ministério das Relações Exteriores. República do Haiti. Disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/5221-republica-do-haiti>. Acesso em 2 dez 2019.

_____. Ministro das Relações Exteriores (2019: Ernesto Araújo). Discurso do embaixador Ernesto Araújo na cerimônia de posse no Ministério das Relações Exteriores, 2 jan 2019. Disponível em: <http://funag.gov.br/index.php/pt-br/component/content/article?id=2913>. Acesso em 02 dez 2019.

_____. Ministro das Relações Exteriores (2019: Ernesto Araújo). Discurso do ministro das Relações Exteriores, embaixador Ernesto Araújo, na Heritage Foundation. Washington, 11 set 2019. Disponível em <http://funag.gov.br/index.php/pt-br/2015-02-12-19-38-42/3011>. Acesso em 2 dez 2019.

_____. Política Nacional de Defesa (2008). Brasília, DF, Ministério da Defesa, 2008.

_____. GOVERNO FEDERAL. Acesso à informação. Informações de Gastos com a Minustah e Missões de Paz da ONU. Disponível em <http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/dados/Lists/Pedido/Item/displayifs.aspx?List=0c839f31%2D47d7%2D4485%2Dab65%2Dab0cee9cf8fe&ID=817012&Source=http%3A%2F%2Fwww%2Econsultaesic%2Ecgu%2Egov%2Ebr%2Fbusca%2FSitePages%2Fresultadopesquisa%2Easpx%3Fk%3DANY%28Minustah%29%2520DataPedido%253E%253D01%252F09%252F2019&Web=88cc5f44%2D8cfe%2D4964%2D8ff4%2D376b5ebb3bef>. Acesso em 2 dez 2019.

_____. Lei nº 10.937 de 12 de agosto de 2004. Presidência da República. Casa Civil.. Brasília, DF, 12 de agosto de 2004.

_____. Lei nº5.809 de 10 de outubro de 1972. Presidência da República. Casa Civil. Brasília, DF, 10 de outubro de 1972.

_____. Livro Branco de Defesa Nacional. Ministério da Defesa. Brasília, DF, 2008.

CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS. 26 jun 1945. Disponível em: <https://www.un.org/en/charter-united-nations/>. Acesso em 2 dez 2019.

CERVO, A.; BUENO, C. **História da Política Exterior do Brasil**. 4ª Edição. Editora UnB, Brasília, 2011

COMUNIDADE DO CARIBE. Membership. Disponível em <https://caricom.org/membership>. Acesso em 2 dez 2019,

DANESE, Sérgio França. Diplomacia Presidencial: história e crítica. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

DIAS, Daniel. **O período de preparação e a evolução da postura da tropa: influências no cumprimento da missão no Haiti.** CCOPAB. Rio de Janeiro, RJ.

FARIAS, Rafael. **Logística do Contingente Brasileiro na Minustah: contribuições para a Base Industrial de Defesa.** Escola de Comando e Estado Maior do Exército. Rio de Janeiro, RJ, 2018.

GONÇALVES, Israel. **A repercussão pública da participação do Brasil na Minustah (2004-2011).** Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, SP. 2011.

Grayley, Mônica. Corpo de Militar morto no Haiti retorna ao Brasil. ONU News. 7 mai 2008. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2008/05/1236881-corpo-de-militar-morto-no-haiti-retorna-ao-brasil-portugues-para-o-brasil>. Acesso em 2 dez 2019.

MERGULHÃO, Ganimedes. **As contribuições estratégicas, para o Brasil, do emprego do Exército Brasileiro na Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti.** Escola de Comando e Estado Maior do Exército. Rio de Janeiro, RJ, 2018.

MORENO, Fábio. **A participação do Brasil na Minusca: legado da Minustah, na expressão política.** Escola de Comando e Estado Maior do Exército. Rio de Janeiro, RJ, 2018.

MORETTI, Norberto. **As Operações de Manutenção da Paz como Instrumento da Política Externa do Brasil.**

Morre militar brasileiro em missão da ONU no Haiti. Jornal Folha de São Paulo. 13 de fevereiro de 2009. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2009/02/503461-morre-militar-brasileiro-em-missao-da-onu-no-haiti.shtml>. Acesso em: 2 dez 2019.

NAÇÕES UNIDAS. How we are funded. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/en/how-we-are-funded>. Acesso em 2 dez 2019.

NUNES, José. **Treinamento para o Batalhão Brasileiro desdobrado na Minustah**: consolidação de um modelo. CCOPAB. Rio de Janeiro, RJ, 2014.

NUNES, R; RODRIGUEZ, V. **A Política Externa Brasileira de Temer-Serra**: Retração Política e Subordinação Econômica. Boletim de Conjuntura Nerint, vl. 4. Porto Alegre, RS. Jan 2017.

RAMALHO A.; GOES F. **Aspectos do financiamento das operações de paz da ONU**: implicações para a Política Externa Brasileira. IPEA. 2015.

SÁ, Jessica. **A decisão brasileira de participar da Minustah**. Universidade Estadual da Paraíba. João Pessoa, PB, 2015.

SECRETÁRIO GERAL DA ONU. Approved resources for peacekeeping operations for the period from 1 July 2017 to 30 June 2018 : note / by the Secretary-General. A/C.5/71/24. 30 jun 2017.

_____. Approved resources for peacekeeping operations for the period from 1 July 2016 to 30 June 2017 : note / by the Secretary-General. A/C.5/71/18. 23 jan 2017.

_____. Approved resources for peacekeeping operations for the period from 1 July 2007 to 30 June 2008 : note / by the Secretary-General. A/C.5/62/23. 31 jan 2008

_____. Approved resources for peacekeeping operations for the period from 1 July 2015 to 30 June 2016 : note / by the Secretary-General. A/C.5/70/21. 14 abr 2016.

_____. Approved resources for peacekeeping operations for the period from 1 July 2015 to 30 June 2015 : note / by the Secretary-General. A/C.5/68/17. 14 jan 2015.

_____. Approved resources for peacekeeping operations for the period from 1 July 2012 to 30 June 2013 : note / by the Secretary-General. A/C.5/67/16. 15 jan 2013

_____. Approved resources for peacekeeping operations for the period from 1 July 2011 to 30 June 2012 : note / by the Secretary-General. A/C.5/66/14. 13 jan 2012

_____. Approved resources for peacekeeping operations for the period from 1 July 2009 to 30 June 2010 : note / by the Secretary-General. A/C.5/64/15. 22 jan 2010

_____. Approved resources for peacekeeping operations for the period from 1 July 2008 to 30 June 2009: note / by the Secretary-General. A/C.5/63/23. 01 maio 2009

_____. Approved resources for peacekeeping operations for the period from 1 July 2006 to 30 June 2007 : note / by the Secretary-General. A/C.5/61/22. 08 maio 2007.

_____. Approved resources for peacekeeping operations for the period from 1 July 2005 to 30 June 2006 : note / by the Secretary-General. A/C.5/60/27. 26 jan 2006.

SEMINÁRIO GLOBALISMO. 2019, Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OlywuF15V4k&t=601s>. Acesso em 02 dez 2019.

SOUZA, A; DOS SANTOS. **A análise da política externa do governo Dilma Rousseff na perspectiva dos pronunciamentos oficiais na ONU**. Mural Internacional. Rio de Janeiro, RJ, 17 jun 2014.

Soldado brasileiro morre no Haiti. G1. São Paulo, SP, 03 de agosto de 2007. Disponível em <http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL82274-5602,00SOLDADO+BRASILEIRO+MORRE+NO+HAITI.html>. Acesso em 04 dez 2019.

STOCHERO, Tahiane. Militar brasileiro morre em acidente na força de paz no Haiti. G1. 31 dez 2011. Disponível em <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2011/12/militar-brasileiro-morre-em-acidente-na-forca-de-paz-no-haiti.html>. Acesso em: 2 dez 2019.

STOCHERO, Tahiane. Militar brasileiro morre no Haiti atuando em área atingida por furação. G1. 22 out 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/10/militar-brasileiro-morre-no-haiti-atuando-em-area-atingida-por-furacao.html>. Acesso em 2 dez 2019.

Taxa de câmbio comercial para venda: real (R\$) – dólar americano (US\$) – média Frequência. IPEA. 01 de abril de 2019. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?serid=31924&module=M&chart=ChartsImage40417902344583176>. Acesso em 02 dez 2019.

UZIEL, Eduardo. **O Conselho de Segurança, as Missões de Paz e o Brasil no Mecanismo de Segurança Coletiva das Nações Unidas**. Fundação Alexandre de Gusmão. Brasília, DF, 2015.

Veja lista dos brasileiros mortos em terremoto no Haiti. G1. 14 jan 2010. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL1446517-5602,00VEJA+LISTA+DE+BRASILEIROS+MORTOS+EM+TERREMOTO+NO+HAITI.html>. Acesso em 2 dez 2019.